

CADERNOS

# LIBERAIS

O BRASIL VAI ENTRAR  
EM ESTAGFLAÇÃO?

DEZEMBRO/2021



INSTITUTO  
LIBERDADE E  
CIDADANIA

# Índice

**4** O Brasil vai entrar em Estagflação?

**5** Inflação, Moedas e o Plano Real

**6** Quem é culpado pelo preço da gasolina estar tão alto?

**8** O que são Políticas Públicas baseadas em evidências?

**10** Crise Energética

**12** A teoria da demanda e o produto na busca pela terceira via

**14** A violência política contra as mulheres: uma ameaça à democracia

**16** O visto humanitário e o direito brasileiro

**18** Novo Ensino Médio

## Mensagem do ILEC

Conforme pontuado por várias pesquisas eleitorais, a economia parece ser o tema central das eleições de 2022. Não é para menos, já que estamos vivendo um período de inflação elevada, baixo crescimento e alto número de desempregados. A preocupação com o cenário econômico tem reflexo na edição de dezembro da nossa revista Cadernos Liberais. Com dois textos assinados pelo economista Ecio Costa, procuramos entender um pouco sobre algumas questões que tem influenciado as visões pessimistas sobre 22. O primeiro artigo trata da relação entre inflação e crescimento, nos apresentando o termo estagflação e procurando pontuar o cenário para o ano seguinte. E Ighor Branco complementa o tema com o artigo História da moeda e inflação no Brasil. No segundo texto de Ecio Costa há a preocupação de contextualizar o aumento dos preços de gasolina e apontar algumas saídas que poderiam ser tentadas. Ainda com um olhar sobre 2022, a edição de dezembro dos Cadernos Liberais, traz à tona dois temas que sem dúvida serão discutidos no ano seguinte:

O primeiro diz respeito as eleições e a busca por encontrar um nome que rompa com essa polarização de dois projetos de poder que cada qual ao seu modo contribuíram para o cenário de atraso e descrédito que vive o Brasil. Em “A teoria da demanda e o produto na busca pela terceira via”, Paulo Gouvêa (diretor do Instituto Liberdade e Cidadania), procura entender o comportamento do eleitor brasileiro que procura um projeto fora dos extremos políticos. Em seu artigo, Paulo Gouvêa ainda faz considerações sobre alguns nomes que se apresentam hoje como “terceira via”.

O segundo tema é sobre Educação. Por meio de uma medida provisória (que viraria a lei 13.415) o então Ministro da Educação Mendonça Filho apresentou, em 2016, uma das mais profundas mudanças educacionais realizadas na educação brasileira. Em “Novo Ensino Médio: urgência e relevância”, somos brindados pelas considerações do próprio Ex-Ministro e Presidente do Instituto Liberdade e Cidadania, sobre ambiente que influenciou na formulação dessa proposta e os motivos pelos quais um política pública dessa envergadura foi proposta através de uma medida provisória.

Além dos textos supracitados, a edição de dezembro ainda conta com vários outros temas que sem dúvida vão despertar o seu interesse. Temas como a situação dos refugiados à luz da constituição brasileira (texto do Advogado Renato Hayashi) ou a violência contra a mulher nos espaços de poder (texto da historiadora Maria Ferreira), são alguns dos temas dessa edição. Inclusive, cumpre lembrar que a questão da violência política contra a mulher, foi tema de uma formação entre o ILEC e a UPLA (União de Partidos Políticos Latinoamericanos), da qual participou a própria autora do texto apresentado nessa edição de dezembro.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos que acompanharam e participaram da formulação dessa revista. Bem como desejar que em 2022, possamos construir as bases para um Brasil mais próspero e com menos desigualdades.

# O BRASIL VAI ENTRAR EM ESTAGFLAÇÃO?

Estagflação é um evento econômico onde o país passa por inflação alta e crescimento econômico estagnado, acompanhado por altas taxas de desemprego.

Por **Écio Costa**

Uma inflação de 2 dígitos e crescimento fraco em 2022 são alguns indicadores que a economia brasileira poderia estar entrando em um período de inflação alta com crescimento nulo ou negativo. Este é o fenômeno econômico também chamado de “pior de 2 mundos”.

Estagflação é um evento econômico onde o país passa por inflação alta e crescimento econômico estagnado, acompanhado por altas taxas de desemprego. O termo, criado pelo britânico Ian Macleod em 1965, traz um duplo impacto para o cidadão, sem emprego e pagando caro por produtos básicos, como alimentos.

Essa situação é particularmente complicada para Bancos Centrais e Governos, pois precisam manter os preços controlados e impulsionar o crescimento econômico. Mas, para controlar os preços, o Banco Central precisa aumentar os juros que, por sua vez, desaceleram o crescimento e aumentam o desemprego.

Como não é possível implementar as duas políticas ao mesmo tempo, não há uma solução óbvia que possa ser tomada como política macroeconômica. Foi o que aconteceu nos anos 70, com a crise do petróleo. A inflação gerada pela restrição da oferta de petróleo derrubou o crescimento econômico dos países.

No momento atual, o Brasil passa por uma situação temporária de inflação causada pela pandemia, que restringiu a oferta de diversos produtos e também por conta dos excessos de estímulos monetários para combater os impactos econômicos da pandemia, que inflaram o consumo e, conseqüentemente, os preços. A previsão para 2022, porém, é de uma convergência da inflação para um nível próximo da meta imposta pelo Banco Central.

A economia brasileira vai crescer aproximadamente 5% esse ano e 1% em 2022. Portanto, pode até passar por trimestres de queda no PIB, mas não estará em recessão durante esse período. Pelo contrário, há estímulos que podem reverter a expectativa de crescimento fraco no período.

O Auxílio Brasil vai trazer consumo que gera produção e investimentos; a eleição vai fazer com que muitos gestores iniciem e executem obras de infraestrutura, com intuitos eleitorais mas que movimentam a economia; e, há uma agenda de leilões, concessões e privatizações que irá movimentar a economia em 2022, trazendo o investimento privado.

**Écio Costa, Economista, Professor de Economia da UFPE e Consultor de Empresas**

# HISTÓRIA DA MOEDA E INFLAÇÃO NO BRASIL

Ao longo dos anos, a nossa moeda mudou nove vezes. Em linhas gerais, o fenômeno da inflação explica esse processo.

Por **Ighor Branco**

No Brasil, o dinheiro tem uma trajetória intrigante. Desde que a primeira moeda legitimamente nacional foi cunhada, na antiga Casa da Moeda da Bahia, em 1694, nosso dinheiro mudou nove vezes. Ao longo dos anos, evoluiu e perdeu incontáveis zeros por conta da inflação – atingindo certa estabilidade somente com a implementação do Real, em 94, apesar de ainda perder valor com o tempo, mas com uma taxa lenta de desvalorização.

Dito isto, a moeda brasileira já passou pelas seguintes mudanças: Real Império (1833-1888), Real República (1889-1942), Cruzeiro (1942-1967), Cruzeiro Novo (1967-1970), Cruzeiro (1970-1986), Cruzado (1986-1989), Cruzado Novo (1989-1990), Cruzeiro (1990-1993), Cruzeiro Real (1993) e, finalmente, Real (1994 até hoje).

Então, o que explica tantas alterações? Em linhas gerais, o fenômeno da inflação – ou seja, o aumento contínuo e generalizado dos preços em uma economia, com diminuição do poder de compra. Como exemplo, imagine que há 10 anos conseguíamos comprar mais mercadorias no supermercado gastando o mesmo valor que hoje.

Sendo um aspecto natural das economias, passível de controle, no Brasil a história é particular – sofremos com o fenômeno fora da normalidade. A hiperinflação ocorreu entre as décadas de 80 e 90, quando a inflação chegou a superar os 80% ao mês, ou seja, o mesmo produto chegava a quase dobrar de preço de um mês para o outro.

As causas da hiperinflação no país costumam ser relacionadas ao aumento dos gastos públicos durante o governo militar e pela elevação do endividamento externo, agravado pela crise mundial derivada do aumento dos preços do petróleo e pela retração na taxa de expansão da economia.

A política de substituição das importações – que vinha desde o governo JK – fez crescer os gastos públicos, e o “milagre econômico” entre o final dos anos 60 e o início da década de 70 (quando a economia brasileira cresceu à média de 10% ao ano) foi financiado por empréstimos internacionais.

A partir de 73, quando a crise internacional do petróleo fez o custo do barril subir 400% em três meses, a economia brasileira passou a apresentar taxas de inflação crescentes. O PIB já não crescia tanto, e o Brasil entrou na década de 80 com o pé esquerdo: inflação, dívida externa elevada e indústria defasada.

Na hiperinflação crônica, as causas são sucessivas e cíclicas. O choque do petróleo deu início à crise, mas ela foi intensificada por desvalorizações da moeda e pelo aumento do dinheiro em circulação para financiar a dívida externa. Foram quase 15 anos de inflação acima de dois dígitos e de correção monetária. Comerciantes remaravam diariamente os preços dos produtos, que sumiam rapidamente das prateleiras, já que a população estocava alimentos por temer as sucessivas altas.

Preços e salários eram reajustados automaticamente assim que era divulgada a inflação do mês anterior, criando o efeito bola de neve, em que a inflação de um mês era imediatamente repassada para o mês seguinte.

Quem mais perdia com a hiperinflação eram os mais pobres, que não podiam se defender das perdas colocando o dinheiro em aplicações que rendessem juros diários e acompanhassem a desvalorização da moeda.

Até que, após quase uma dezena de planos econômicos fracassados, o Plano Real marcou o final do período de instabilidade monetária e altas taxas de inflação, que chegaram a atingir 5.000% ao ano.

Lançado no início de 94, após grande esforço no Congresso, com ajuda significativa do antigo PFL (atual Democratas) durante o governo Itamar Franco, o plano baseou-se, num primeiro momento, no equilíbrio das contas do governo, com redução de gastos, aumento de impostos e privatizações. O governo também promoveu a desindexação da economia – isto é, a inflação passada deixou de corrigir automaticamente preços e salários.

Para nós, a medida mais visível foi a nova troca de moeda. Antes do real, a moeda que circulava era o cruzeiro real (CR\$). Em fevereiro de 94, foi criada a Unidade Real de Valor (URV), uma moeda fictícia, cujo valor, em cruzeiros reais, era estabelecido diariamente. Assim, a hiperinflação seguia em cruzeiros reais, mas não em URVs. Em 1º de julho de 94, uma URV passou a ser igual a R\$ 1 e o novo dinheiro entrou em circulação no país.

A distribuição do real pelo país foi uma das maiores operações logísticas já vistas. Suas cédulas passaram a exibir animais da fauna brasileira em uma face e a efígie da república na outra, já que a galeria de heróis brasileiros era escassa, tantas foram as mudanças de moeda nos anos anteriores.

Para a equivalência, o valor da nova moeda foi fixado com a cotação da URV do dia anterior. Dessa forma, CR\$ 5.000 equivaliam a cerca de R\$ 2 – o suficiente para comprar, na época, meio quilo de carne ou três litros de leite, por exemplo. Entre as medidas, o governo também promoveu uma abertura maior às importações, e adotou as chamadas âncoras cambial e monetária.

Essas âncoras foram substituídas, em 99, pelo regime de metas de inflação, em que as autoridades monetárias se comprometem a cumprir metas estabelecidas para o ano corrente e próximo – o que alinha as expectativas do mercado.

Uma das formas de buscar atingir essa meta é por meio da taxa Selic. Ao elevar os juros, o governo encarece o custo do dinheiro, e faz cair a procura por produtos e serviços à venda. Assim, caso o BC observe que a inflação corre o risco de superar a meta, a tendência é elevar os juros – como está sendo feito atualmente por conta da pandemia.

É possível dizer, portanto, que após anos de ingerências malsucedidas, a moeda brasileira encontrou o caminho da estabilidade – apesar das dificuldades econômicas que o país ainda atravessa. Por último, é preciso que se conheça a história para que os erros do passado não se repitam – a inflação é e deve ser objeto de atenção contínua.

**Ighor Branco é graduando de Ciência Política da UFPE.**





# QUEM É O CULPADO PELO PREÇO DA GASOLINA ESTAR TÃO ALTO?

**Por Écio Costa**

Desde 2016 a variação nos preços internacionais é repassada para os preços domésticos e o câmbio entra no cálculo, já que o preço do barril é em dólar

Com os reajustes mais recentes, a gasolina acumula uma alta de 73,4% em 2021. E o pior: esses aumentos contribuem para que outros itens no IPCA sejam inflacionados, pois dependem do frete rodoviário, também mais alto. De acordo com a política de preços flutuantes adotada pela Petrobras, desde 2016, a variação nos preços internacionais é repassada para os preços domésticos e o câmbio entra também nesse cálculo, já que o preço do barril é determinado em dólar no mercado internacional.

O câmbio teve uma valorização de mais de 50% do período pré-pandemia para a cotação atual, por diversos motivos, como riscos fiscais e políticos, por exemplo. Para se ter uma ideia, o Dólar deveria estar abaixo dos R\$5,00, devido ao saldo comercial positivo recorde em 2021 que ajuda o Real.

Já o preço do barril de petróleo, este teve uma forte elevação, puxada pela retomada das economias mundiais e a falta de investimentos nos últimos anos, guiada por uma onda de transição para tecnologias verdes, se situando atualmente no maior patamar dos últimos 5 anos.

A Petrobras, na realidade, ainda não repassou todos os reajustes que poderia ter repassado levando em consideração os fatores câmbio e preço internacional. Os preços da Petrobras estão abaixo dos seus concorrentes internacionais, mas sem levar o câmbio brasileiro em consideração.

Outro fator que impacta no preço é a alta tributação sobre a venda ao cliente final. Com uma tributação de 42,5% em média, de cada R\$150,00 pagos para abastecer o seu veículo, você paga R\$ 63,75 de impostos, sendo R\$ 44,25 (29,5%) de ICMS e R\$ 19,50 (13%) de CIDE/PIS/COFINS.

Não há como mudar as regras impondo perdas significativas aos estados que, em sua maioria, têm grande parte de sua arrecadação oriunda da venda de combustíveis. Somente a Reforma Tributária resolveria o problema, reduzindo a carga com um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA).

Outra solução importante é promover a privatização da Petrobras, mas desde que ela seja fatiada em partes e se promova uma maior abertura comercial para permitir que outras empresas possam atuar no mercado brasileiro, aumentando a concorrência e quedas nos preços.

**Écio Costa, Economista, Professor de Economia da UFPE e Consultor de Empresas**

# O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIA?

*O uso de evidências requer aproximação entre os cientistas e os gestores públicos, para desenvolver políticas públicas mais eficazes e que contemplem os interesses da sociedade.*

Por Renato Hayashi

Políticas públicas correspondem a ação do Estado para garantir interesses específicos, podem ser prescritivas (dever ser) ou descritivas (ser) e possuem cinco fases: formação da agenda, criação da política pública, tomada de decisão, implementação e avaliação. No caso das políticas públicas baseadas em evidência há de se falar em uma perspectiva prescritiva, ou seja, consiste em informar como deve ser realizada a política pública. Evidências são constatações e informações cientificamente verificadas e analisadas, que servem de subsídio para os gestores públicos. O uso das constatações empíricas se adequa a todas as fases do ciclo de políticas públicas. Esses elementos verificáveis servem para orientar os estrategistas e gestores públicos para o desenvolvimento das ações do Estado de formas mais compatíveis com as necessidades sociais. Dados estatísticos, casos de sucesso, análise social entre outros são exemplos recorrentes de evidências utilizadas pelos especialistas.

Para a adoção de análise sistemática das evidências na tomada de decisões pelo Estado, os atores políticos e gestores públicos precisam de critérios técnicos e transparentes (em especial, dados abertos) para a avaliação e interpretação técnica das fontes. Esses dados podem ser oriundos de diversas áreas do conhecimento ou de quaisquer entidades confiáveis. O uso dessa técnica também serve para criar uma proteção para os entes governamentais em face da pressão dos grupos de interesses, que naturalmente procuram influenciar o Estado para defender o que ou quem representam.

Em qualquer fase do ciclo de políticas públicas o conhecimento empírico devidamente analisado pode ser utilizado como forma de aproximar cada vez mais a teoria da prática. A criação de políticas públicas não pode se limitar a investigação teórica ou estudo de casos de sucesso. É fundamental essa aproximação da realidade, pois cada caso é único, o que requer maior densidade

empírica para que as políticas públicas sejam uma via de mão dupla em relação aos interesses envolvidos, não pode ser uma simples imposição da vontade estatal/grupo de interesse, devemos observar as características sociais, econômicas e culturais para moldar as estratégias e garantir maior eficácia das ações governamentais.

Considerando, ainda, a constante mutabilidade social, o uso das evidências em políticas públicas não se limita ao momento de criação, também se deve considerar as outras fases. Em especial, as aferições sociais se mostram muito importantes no momento da avaliação governamental, uma vez que quanto mais empírica e sistemática for a análise do impacto social, mais facilmente os gestores públicos poderão realizar ajustes ou manutenção dos projetos sociais, considerando a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das ações estatais.

Infelizmente, no Brasil existem poucos estudos sobre a utilização de evidências em políticas públicas e pouco se observa na administração estatal, o que compromete a transparência e a replicabilidade das políticas públicas brasileiras. A principal evidência utilizada pelos gestores brasileiros é o estudo de caso, que não representa a melhor opção de estudo, pois cada contexto social representa uma infinidade de características únicas, o que afasta bastante a eficácia, ou seja, não é porque deu certo em uma localidade que a mesma estratégia funcionará em outro contexto.

Por fim, ratificamos o entendimento de que o uso de evidências em políticas públicas requer a aproximação entre os cientistas e os gestores públicos, para que possam aperfeiçoar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e que contemplem os interesses estatais e sociais.

**Renato Hayashi, advogado, Cientista Político e professor da UFPE.**

**Infelizmente, no Brasil existem poucos estudos sobre a utilização de evidências em políticas públicas e pouco se observa na administração estatal, o que compromete a transparência e a replicabilidade das políticas públicas brasileiras.**

# CRISE ENERGÉTICA NO MUNDO

*O possível aumento dos juros nos EUA, diferentes crises energéticas nos principais blocos econômicos, movimento inflacionário, déficit fiscal e instabilidades políticas incitarão uma série de desinvestimentos por todo o mundo.*

Por Ighor Branco

**A**lém da enorme perda humanitária, a pandemia também significou retrocesso econômico. Em todo mundo, os índices estão em queda, dando sinal de que a tendência inflacionária, combinada com a crise energética, vem se tornando cada vez mais intensa e constante.

No Brasil, a crise hídrica é a origem da crise energética. A ausência de chuvas – ligada às mudanças climáticas – levou os reservatórios das usinas hidrelétricas aos níveis mais baixos em 90 anos. Paralelamente, o início da reabertura e processo de retomada pós-pandemia causaram alta no consumo de energia – o que intensifica ainda mais a crise com a escassez de água.

Sendo a principal fonte de energia do país, a baixa produção das hidrelétricas precisou ser compensada com o acionamento das usinas termelétricas – que utilizam o gás natural e tem um custo muito maior – fazendo com que as contas de energia disparassem, o que, por consequência, também dificulta a retomada econômica e pressiona diretamente a inflação.

Não obstante, o cenário nacional de instabilidade política, necessidade de reformas, problemas fiscais e com precatórios alavancam as dificuldades por aqui.

Na Europa, o gás natural é o centro da crise energética. É fator fundamental da matriz energética em todo o continente, sendo a principal fonte de aquecimento das residências por lá – um continente prestes a receber o inverno (que deve piorar ainda mais a situação).

A demanda por energia tem aumentado após o avanço da vacinação nos países europeus e a retomada econômica – com a reabertura dos comércios e retorno da produção e da indústria – o que tem impacto direto no preço da commodity. Por conseguinte, a oferta de energia não está se adaptando com a rápida aceleração da demanda, e isso aumenta as contas e pressiona a inflação em toda a União Europeia.

O Reino Unido, além de encontrar dificuldade na distribuição dos combustíveis pela falta de motoristas de caminhão (o que fez diversos postos ficarem desabastecidos, e o governo precisar usar o exército para fazer a distribuição), também tem enfrentado a alta nos preços do gás natural, refletindo nas contas de luz e nas projeções de inflação.

Na China, o carvão, que é o principal componente de toda a matriz energética chinesa – apesar do processo guiado pelo governo para se tornar menos poluidor e

guiado pelo governo para se tornar menos poluidor e emissor dos gases do efeito estufa, com leis e mudanças estruturais para diminuir a dependência do minério – não tem dado conta do ritmo da retomada, com as indústrias extremamente dependentes desse tipo de energia.

Com a escassez do carvão, regiões do país já começaram a passar por apagões, racionamento e restrições ao uso de energia – fazendo com que as cadeias de suprimentos e fornecimento por toda a China sejam afetadas, e suas projeções reduzidas. Até informativos já estão circulando de que algumas fábricas suspenderam a produção devido às restrições de uso de energia.

As previsões de crescimento do PIB chinês estão sendo revistas e, se esse cenário se manter, a retomada da economia em todo o mundo será afetada de maneira contundente. Isto, sem levar em consideração a crise no setor de construção civil chinês – evidenciada com os problemas financeiros da Evergrande.

Nos Estados Unidos, a inflação fortemente pressionada, o aumento acentuado dos preços do petróleo e os indicativos de uma possível desaceleração global afetaram negativamente os índices da economia.

O Federal Reserve – Banco Central Americano – já indica a redução dos estímulos econômicos em alguns meses, mas a ideia de uma antecipação a essa redução está cada vez mais forte no radar do mercado, e a possibilidade do aumento dos juros na economia americana se torna cada vez mais factível.

O possível aumento dos juros nos EUA, diferentes crises energéticas nos principais blocos econômicos, o intenso movimento inflacionário, o déficit fiscal e as instabilidades políticas que todos esses movimentos podem causar, incitarão uma série de desinvestimentos por todo o mundo e parecem só intensificar um movimento de desaceleração econômica que, infelizmente, já vem sendo perceptível há algum tempo.

O impacto da pandemia poderia ser pior, se considerarmos os esforços múltiplos de todo globo, mas o cenário de crise pede atenção, sobretudo, vislumbrando novos e mais sustentáveis desenhos de matrizes energéticas.

**Ighor Branco é graduando em Ciência Política da UFPE.**

# A TEORIA DA DEMANDA E O PRODUTO NA BUSCA PELA TERCEIRA VIA

*A personificação desse candidato começa pelo potencial de aproximar as demais opções ao seu projeto de representar desejos e expectativas dos eleitores insatisfeitos.*

Por Paulo Gouvêa

O noticiário dos últimos dias tem sido farto em relação às eleições do próximo presidente brasileiro. Bolsonaro filiou-se ao PL, Sergio Moro entrou no Podemos, João Dória venceu a prévia dos tucanos, o MDB lançou a Senadora Simone Tebet, o PSD fez o mesmo com o Senador Rodrigo Pacheco e o Cidadania com o Senador Alessandro Vieira. Do lado mais à esquerda, Lula paquera o agora volúvel Geraldo Alkmin. Esses todos se somam a outros anunciados há mais tempo, como Ciro Gomes, Henrique Mandetta e Felipe D'Ávila.

Um aspecto importante da profusão de possíveis candidatos é que, quase todos, se encaixam na categoria denominada de "terceira via". Se acabarem virando quarta, quinta ou meia dúzia de vias, o resultado inevitável é que o povo carente de alguma alternativa à polarização de 2018, ficará órfão e, pelo menos em grande parte, votará em branco ou anulará o voto – atitude que, evidentemente, não evitará que vença as eleições um dos dois que esses eleitores não querem.

O que, afinal, desejam esses brasileiros que estão à espera de um outro caminho eleitoral? O que querem os descontentes com a polarização entre Bolsonaro e Lula? Em primeiro lugar, o óbvio: querem alguém afastado do barulho, da tensão e das ameaças dos dois extremos. Esperam que o novo presidente do Brasil tenha uma autoridade serena, daquele tipo que têm muitos pais e professores para quem basta um olhar para transmitir sua determinação; alguém que habita o centro do espectro político e ideológico, mas que não se confunde com o que se convencionou chamar de "centrão", grupo cujo entendimento do exercício do poder é estar sempre agarrado no governo, seja ele qual for, para praticar seus exercícios prediletos: o pega lá, dá cá e as nomeações de amigos e parentes.

O Centrão raiz esteve presente, fielmente, nos dois governos de Lula, nos de Dilma, esteve com Temer e agora fincou solidamente sua bandeira no de Bolsonaro. O eleitor que não pretende votar no atual presidente e também não em Lula, quer alguém que não se confunda com essas formas de fazer política: alguém com ânimo para enfrentar a corrupção, objetivo que teve o efeito perversamente contrário nas administrações petistas, e que não teve a predileção do Presidente Bolsonaro, especialmente após a saída do Ministro Sergio Moro. Do centro, esses eleitores querem o espírito moderado,

conciliador, tolerante.

Esperam por um candidato que ainda não se materializou, mas que significa a esperança de um governo com paz, alegria, responsabilidade, honestidade, tolerância, solidariedade, sabedoria, justiça social, competência, maturidade. E que seja encabeçado por alguém genuinamente democrata e profundamente comprometido com a verdade. É sobre esta base de valores humanistas que se assenta a candidatura que esse pessoal espera. Essas demandas estão muito fortes no mercado político. Mas, elas, todas, se localizam no campo teórico. O eleitor hoje desamparado quer também algo bem concreto: a possibilidade de ganhar a eleição.

De pouco adianta um candidato que atenda a uma série de bons requisitos se for um perna-de-pau na hora de angariar votos. E, para conquistá-los, o escolhido tem de ser eleitoralmente viável, tem de agregar partidos e líderes às suas pretensões. Então voltamos ao ponto em que mencionamos o temor de que a terceira se transforme em diversas vias. A materialização, a personificação do candidato aguardado, começa pelo seu potencial de aproximar as demais opções ao seu projeto de representar, na eleição, aqueles desejos e expectativas dos eleitores hoje insatisfeitos.

É aí que Sergio Moro aparece com uma vantagem significativa em relação a seus concorrentes no mesmo espaço político. Mal botou a cabeça de fora e já é o terceiro com maior intenção de voto. Desbancou Ciro Gomes. E todos os analistas entendem que ele deve crescer mais a partir do primeiro trimestre de 2022, quando já tiver efetivamente lançado sua candidatura. Até lá, entretanto, podem surgir fatos novos que coloquem algum outro nome no coração dos eleitores.

Na lista de pré-candidatos há gente com esse potencial. Por exemplo, para mencionar alguém com a especial peculiaridade de ser a única mulher, Simone Tebet. Mas, no momento, quem parece estar evoluindo com mais rapidez e desenvoltura é o ex-juiz Sergio Moro. Se a turma que está à procura do produto faltante olha agora para o ranking eleitoral e vê que há um terceirão com fôlego para subir mais ainda e com uma personalidade que se ajusta às suas expectativas, pode pensar: pronto, este aí é o tal que a gente estava procurando.

E então ele cresce mais. E recebe mais apoios.

É assim que um candidato se torna competitivo. Resumindo, a intenção básica do projeto de uma candidatura alternativa é lançar alguém que anime os eleitores que hoje estão na posição nem-nem: não querem votar no Lula de jeito nenhum e também não desejam dar seu voto, ou repetir seu voto, no Bolsonaro. Este povo existe e é grande. As pesquisas têm mostrado aquilo que já se pode perceber nas ruas: muita gente que votou no Capitão três anos atrás, não pretende fazer isso na próxima vez. E todos esses querem distância de Lula e do PT.

Pois bem, se existe a demanda, só falta achar o produto que atenda a este anseio do consumidor – eleitor. Neste momento, para muita gente, quem pode preencher essa necessidade é Sergio Moro. Para quem está esperando algum sinal para definir sua preferência, nada mais claro do que um pré-candidato da terceira via aparecer no terceiro lugar.

Contudo, a política, como se sabe, é muito dinâmica. E a política brasileira, em especial, costuma se mover por trilhas complicadas.

Então, parece que, até lá por março ou abril, a torcida pela terceira via deve se concentrar, especialmente, na arte de reunir, de agrupar os diversos pré-candidatos em, se possível, uma única efetiva candidatura. Se isso acontecer, é muito provável que o segundo turno seja diferente daquele sonhado por Bolsonaro e por Lula.

**Paulo Gouvêa da Costa, Mestre em Direito do Estado pela USP, Mestre em Política Pública Internacional (MIPP) pela Universidade Johns Hopkins, Ex-Deputado Federal; atual Suplente de Senador. Diretor do ILEC.**



# A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES: UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA

*Hoje há um consenso de que a violência política contra as mulheres baseia-se em relações desiguais de poder entre os gêneros e atravessa países, continentes e partidos.*

Por **Maria Ferreira**

Recentemente, mulheres eleitas do Brasil e da América Latina vêm condenando publicamente a cultura da violência política e misógina que sofrem na pele no exercício de suas atividades políticas. Elas expõem situações de assédio e de agressões e chamam a atenção para que a violência não deveria ser o preço do protagonismo femininas no âmbito da política institucional. As consequências incluem o abuso dos direitos individuais, mas, vão além, atingindo a sociedade como um todo e criando obstáculos aos avanços democráticos.

Existe hoje um consenso de que a violência política contra as mulheres está baseada em relações desiguais de poder entre os gêneros e se constata que atravessou países, continentes e partidos. O problema sempre existiu, mas somente há duas décadas a comunidade internacional reconheceu que a desigualdade de gênero e a discriminação contra as mulheres invadiram também o âmbito da política. Pouco a pouco, a questão vem conquistando espaços nos debates públicos e institucionais. Está incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, adotados em 2015 e está na Agenda 2030, pela igualdade entre os gêneros e empoderamento de todas as mulheres e meninas. A outra face da violência política contra as mulheres está identificada na baixa representatividade feminina no Parlamento, onde ocupam, em média, um quarto dos assentos das duas Casas Legislativas juntas no mundo todo (Folha de S. Paulo, 2021).

## Estatísticas

Estatísticas Segundo dados da ONU, nas Américas, a média de liderança feminina nos parlamentos gira em torno de 32,4% contra 30,4% na Europa. Contudo, é uma representatividade ainda insuficiente. O Brasil figura entre os países com os piores indicadores da América Latina no tocante aos direitos políticos e à paridade política entre homens e mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2020).

O estudo conduzido pela ONU Mulheres Brasil e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atribuiu ao Brasil 39,5 pontos, conferindo-lhe o 9º lugar entre 11 países latino-americanos, uma colocação baixa, próxima a do Chile (38,2 pontos) e do Panamá (37 pontos). No ranking da União Interparlamentar que avalia a participação política de mulheres em 192 países, o Brasil ocupa a 140ª posição. Mesmo tendo nas mulheres a maioria do eleitorado (52%), estamos com apenas 15% das vagas no Congresso Nacional e 10% dos cargos ministeriais (ONU, 2021).

Nas eleições de 2020, 900 municípios não tiveram sequer uma vereadora eleita e penas 11% das cadeiras disputadas para nas 5.570 prefeituras em todo o Brasil, foram ocupadas por mulheres (SENADO FEDERAL, 2020).

## Porque são mulheres na política

Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas expressou profunda preocupação com "todos os atos de violência contra mulheres e meninas engajadas na vida política e pública, incluindo mulheres em posições de liderança, como jornalistas e profissionais da mídia que atuam em coberturas políticas. Estudos mostram que as ofensas recebidas por mulheres jornalistas no Twitter são mais do que o dobro das destinadas aos homens nas mesmas profissões. Enquanto os homens recebem 8% de mensagens hostis, as mulheres receberam 17% de ataques no Twitter (Folha de S. Paulo, 2021).

A violência política contra as mulheres é definida como qualquer ação, conduta ou omissão, realizada de forma direta ou indireta que, baseada em seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou a várias mulheres, e que tenha por objetivo ou por resultado menosprezar o gozo do exercício de seus direitos políticos (RED Mujeres da União de Partidos da América Latina e Caribe - UPLA - , 2021). Acrescentamos que toma formas e intensidades que variam segundo o sistema jurídico, as instituições, a cultura, a tradição e os contextos políticos de cada país.

Muitas vezes, começa durante as campanhas eleitorais, mas não param por aí. Continuam em espaços privados e públicos, como as Casas Legislativas. Seus efeitos, geralmente, incidem no limite entre a vida profissional e vida privada, como ameaças ou intimidação pessoais ou aos familiares. Os autores das ofensas não se limitam aos rivais políticos tradicionais, mas inclui membros da família e amigos, colegas do partido, líderes comunitários e religiosos, mídia, polícia, para citar alguns exemplos. Outra forma alarmante e que não para de crescer, é o assédio on-line.

Mulheres parlamentares de todo o mundo denunciam que as redes sociais se tornaram o primeiro espaço onde a violência psicológica – notadamente sob a forma de ataques sexistas e misóginos - é praticada contra elas. As agressões se manifestam através de estereótipos que se concentram em particular sobre o corpo feminino, a sexualidade, a vestimenta, nos papéis sociais tradicionais, mais do que sobre competências, capacidades e ações que elas fazem como líderes.

## Ameaça à democracia

As democracias são enfraquecidas quando a violência política contra as mulheres é usada para desencorajá-las de se envolverem em mandatos representativos, violando seus direitos civis e políticos. Alienar as mulheres dos processos políticos, desestabiliza e desafia a igualdade, tida como um dos valores democráticos de uma sociedade fraterna. Um baixo número de mulheres na política gera um impacto negativo no engajamento de instituições políticas voltadas para as questões das mulheres e de igualdade de gêneros, como sindicatos, partidos e órgão legislativos.

Além de limitar as capacidades políticas, desencoraja de exercerem direitos como eleitoras, candidatas, militantes partidárias e funcionárias. É, também, uma grande ameaça a uma livre participação popular, levando ao medo constrangedor de eleitores de escolher mulheres para representá-las, inibindo uma maior capacidade de resposta às necessidades comuns dos cidadãos e das cidadãs.

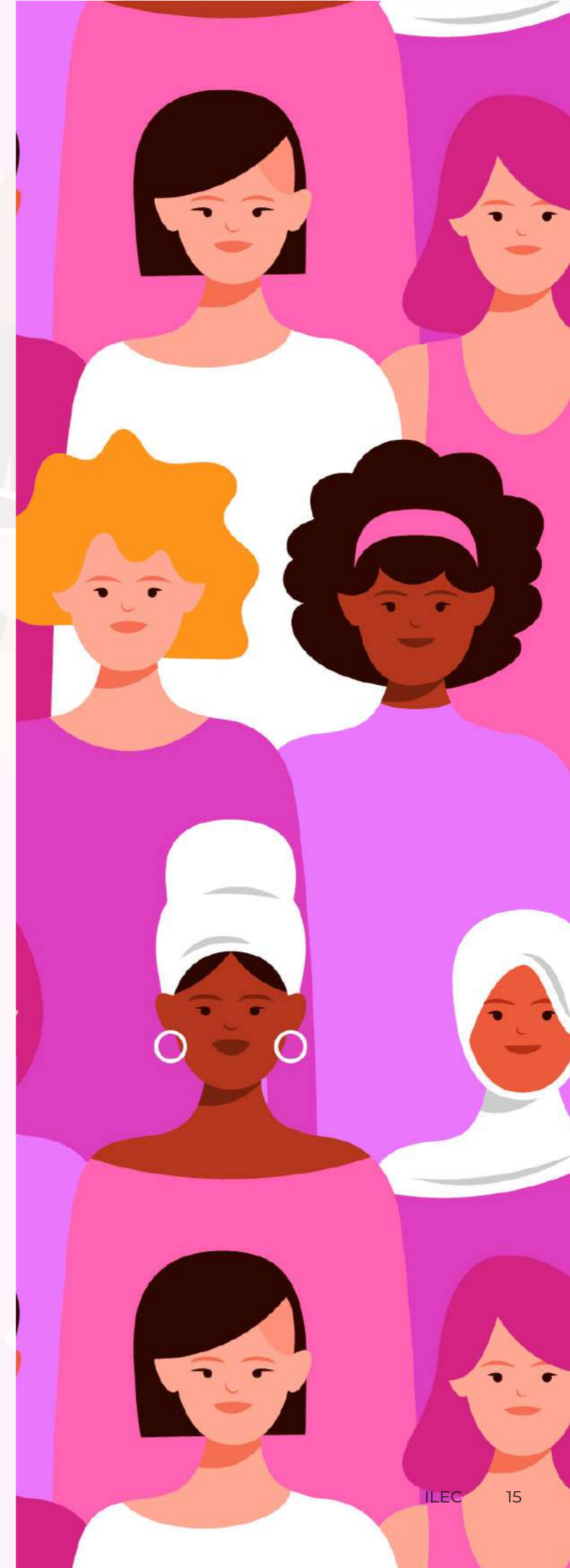
## Um chamado para ações

Uma presença maior de mulheres na Política tende a promover legislações com perspectivas de coibir a violência de gênero e, especificamente, os abusos políticos contra mulheres. Fato recente foi a aprovação, em 13/11/21, pelo Senado, do Projeto de Lei (PL 5.613/2020) que combate a violência política contra mulheres, apresentado pela deputada Rosângela Gomes. Entre as ações previstas no texto, estão a criminalização de abusos e a determinação de que o enfrentamento a esse tipo de violência faça parte dos estatutos partidários (Agência Senado, 2021).

Ao se reclamar por mais representatividade de mulheres na política, não significa isto uma simples demanda de igualdade de gêneros, mas, sobretudo, um alerta para se melhorar a maneira como funcionam nossos governos (RED mujeres da UPLA, 2021). É preciso mudar a forma de fazer política, sim, que hoje ainda funciona sob uma ótica predominantemente patriarcal e com tentativas arcaicas de desqualificação das mulheres. No entanto, para mudar essa forma de governar, a diversidade precisa ocupar os lugares de poder, dissolvendo-se o senso comum de que política é lugar só para homens.

É preciso provocar reflexões de que a política está no centro das nossas vidas, independente do gênero, para que mais pessoas percebam que o protagonismo feminino é essencial para a saúde da sociedade, para criar novos comportamentos e práticas políticas, estimulando um novo imaginário com a presença mais efetiva de mulheres nos diversos espaços de poder político, consolidando, assim, uma democracia.

**Maria Ferreira, doutora em história social e civilizações, pesquisadora da temática igualdade e direitos das mulheres.**





# O VISTO HUMANITÁRIO E O DIREITO BRASILEIRO

*Historicamente o Brasil tem concedido vistos humanitários, mas tem falhado em assistência aos estrangeiros, gerando problemas de ordem social, econômica e cultural.*

Por Renato Hayash

A Constituição Federal, em seu art. 5º, garante igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros residentes do Brasil. O visto humanitário ou acolhida humanitária está previsto na Lei de Imigração (Lei 13.445/2017) e tem o objetivo de garantir ao estrangeiro proteção social, econômica e política. Segundo o art. 14, §3º, da Lei de Imigração, o visto humanitário é temporário e busca acolher o apátrida ou o nacional de qualquer país que esteja em situação grave, em conflito armado, politicamente instável, passando por desastre ambiental ou em locais que ocorre graves violações aos direitos humanos, evitando, portanto, situações de clandestinidade e insegurança jurídica.

Para que seja concedida a acolhida humanitária o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), que está vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, deve analisar o pedido e especificar, por meio de portaria interministerial, sobre a concessão de visto temporário de natureza humanitária, bem como o prazo de validade e a duração.

A solicitação do visto humanitário deve ser feita nas embaixadas e consulados brasileiros e o solicitante deve apresentar documentação pessoal e de sua família para que o governo brasileiro analise a situação pessoal e do país de origem. Nesse momento, a atuação de entidades não governamentais tem se mostrado de extrema importância, para sensibilizar o governo brasileiro quanto aos pedidos, bem como a repercussão na imprensa, que acaba propagando mais informações e sensibilizando o público em geral, que gera mais pressão sobre o governo.

Mais do que a concessão de acolhimento humanitário, o governo brasileiro precisa desenvolver políticas públicas específicas que garantam uma rápida adaptação, educação, moradia e empregabilidade. No tocante à adaptação temos duas perspectivas: 1) adaptação dos refugiados em face do idioma, cultura e costumes e 2) adaptação da comunidade brasileira que receberá os refugiados. A falta de atuação governamental no momento posterior à chegada dos refugiados pode gerar enormes conflitos sociais e violação aos direitos humanos. Historicamente o Brasil tem concedido vistos humanitários, mas tem falhado em assistência aos estrangeiros, gerando problemas de ordem social, econômica e cultural, sendo noticiado casos graves de descaso com os venezuelanos recepcionados pelo Brasil.

Dados oficiais de 2021 relatam que existem mais de seiscentos mil refugiados no Brasil, segundo o governo brasileiro, sendo que 60,2% são oriundos da Venezuela, 22,9% do Haiti e 4,7% de Cuba, para esse contingente foram gerados 23.945 postos de trabalho formais. Os vistos humanitários representam cerca de 21%.

Assim, o visto humanitário se mostra como um recurso que visa garantir a segurança das pessoas que fogem de seus países por motivos políticos, econômicos, ambientais etc. O Brasil tem concedido muitos vistos, mas tem sido negligente com os estrangeiros e sua adaptação.

**Renato Hayash, advogado, Cientista Político e Professor da UFPE.**



# NOVO ENSINO MÉDIO: URGÊNCIA E RELEVÂNCIA

*O Novo Ensino Médio virou realidade e vai impactar, a partir de 2022, milhões de brasileiros permitindo protagonismo aos jovens e oferecendo diferentes itinerários formativos.*

**Por Mendonça Filho**

No momento que começa a ser implementado no Brasil, o Novo Ensino Médio desperta o interesse fora do país e está sendo estudado na Facultad de Educación de la Universidad Diego Portales, do Chile, sob a coordenação dos professores Cristián Cox e Paula Louzano, em parceria com Lara Simielli, da Fundação Getúlio Vargas. O estudo comparado entre as reformas do médio aqui e no Chile visa compreender, além da questão educacional propriamente dita, o processo que levou o Brasil a fazer, em 20017, a maior reforma educacional, desde a Lei de Diretrizes e Bases, aprovada na década de 90.

Na semana passada dei entrevista aos professores Cristián Cox, Paula Louzano e Lara Simielli na condição de ministro da Educação que entregou ao país a reforma do ensino médio. Na conversa, disse que essa mudança estrutural pode ser contada em vários capítulos, com diversas nuances. No entanto, decisão política, convicção da urgência e da relevância do tema e coragem para enfrentar as adversidades, num dos momentos mais turbulentos da história política recente do país, foram decisivas e estão presentes em qualquer que seja o ângulo de visão.

Quando levei ao presidente Temer a proposta de reforma do ensino médio por medida provisória, tinha consciência que geraria polêmica, como de fato gerou.

No entanto, a convicção de que poucos temas no país eram tão urgentes e relevantes como a mudança do ensino médio nos fez enfrentar e driblar todas as dificuldades. Será que não era urgente e relevante mudar um modelo de ensino que acumulava altas taxas de evasão e baixíssimo desempenho de aprendizagem?

Os indicadores eram dramáticos: 43% dos jovens até 19 anos não concluíam o médio; 1,7 milhões dos jovens de 15 a 24 anos nem estudavam e nem trabalhavam; 82% dos jovens concluíam o ensino médio sem qualificação profissional e em atividades de baixa qualificação. Porque no Brasil projetos da área econômica podiam ser por MP e da educacional não? A questão é que o país só tinha olhos para as pautas políticas e econômicas. Ao lançarmos a reforma do Ensino Médio, o tema Educação se tornou destaque na agenda nacional, dividindo o debate da Câmara dos Deputados com a PEC do Teto e a Reforma da Previdência.

“

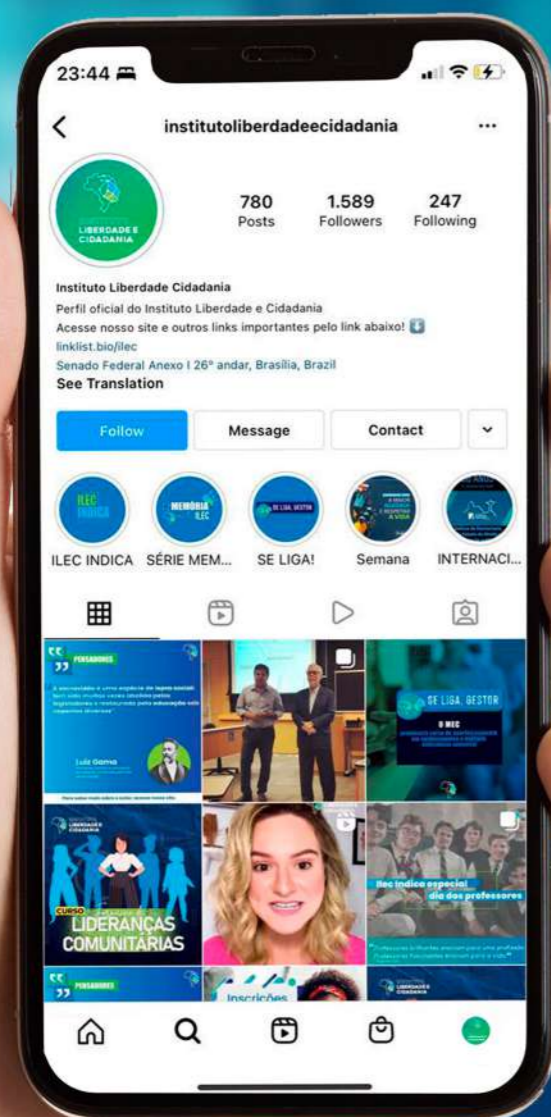
**Será que não era urgente e relevante mudar um modelo de ensino que acumulava altas taxas de evasão e baixíssimo desempenho de aprendizagem?**

Passados cinco anos, o Novo Ensino Médio virou realidade e vai impactar, a partir de 2022, em todo o país, a vida de milhões de brasileiros ao permitir o protagonismo aos jovens, oferecer diferentes itinerários formativos com a flexibilização da grade curricular. Um modelo mais próximo das expectativas de vida, das vocações e dos sonhos dos jovens e das novas demandas profissionais do mercado de trabalho.

**Mendonça Filho, ex-ministro da Educação e consultor da Fundação Lemann.**



# SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



 @institutoliberaldeecidadania

 /institutoliberaldeecidadania

[www.flc.org.br](http://www.flc.org.br)



# INSTITUTO LIBERDADE E CIDADANIA